

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.388 - SP (2018/0304513-7)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : DAIANE CRISTINA DA SILVA
ADVOGADO : MARIO JOSE PIMENTA JUNIOR - SP279360
AGRAVANTE : VICTOR BIAGIO MAGALHAES DELL AGLI
ADVOGADOS : CARLOS ROGÉRIO LOPES THEODORO - SP156052
GILBERTO LOPES THEODORO E OUTRO(S) - SP139970
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 373, I, CPC/2015. ÔNUS DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO DO DIREITO DO AUTOR. SÚMULA 07/STJ. ALEGADO DISSÍDIO JURISPRUDÊNCIAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DANO MORAL. IMPOSSIBILIDADE DE COMPARAÇÃO DO VALOR COM O VALOR FIXADO EM OUTROS TRIBUNAIS. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc

Trata-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão assim ementado:

EMENTA Ação indenizatória. Acidente automobilístico. Danos materiais e pessoais reconhecidos e que comportavam indenização, aqui fixada em valores adequados. Cabimento, porém, da dedução das importâncias devidas pelo seguro obrigatório de veículos automotores e pelo INSS. Recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial, às fls. 314-354, e-STJ, o recorrente alega além do dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 950 do Código Civil e ao artigo 353, inciso I do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que a recorrida não provou o fato constitutivo de seu direito, e que o valor da indenização fixada a título de danos morais e estéticos é exorbitante.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, às fls. 440-442, e-STJ, que inadmitiu o recurso especial por considerar que não foi comprovado o confronto analítico entre os acórdãos paradigmas arrolados, por não restar demonstrada a alegada violação ao artigo 373, I, CPC/2015 e do mesmo modo ao decidir da forma impugnada a Turma o fez com base no acervo fático-probatório dos autos, incidindo o óbice da Súmula 07/STJ, por fim, por não ter sido comprovada a divergência jurisprudencial na aplicação das Súmulas 04 e 387/STF.

Nas razões do agravo em recurso especial, às fls. 470-509, e-STJ, a parte agravante impugnou os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Inicialmente, no que tange à alegada violação ao artigo 373, inciso I do CPC/2015, em relação ao ônus probatório do direito do autor, o Tribunal de origem assim se manifestou:

Antes disso, o contestante textualmente admitiu que a autora devia ser ressarcida por aquela despesa (fls. 69).

Logo, em respeito ao princípio da estabilidade processual não pode o requerido na apelação inovar a matéria defensiva e alegar, agora, que referida indenização se mostrava indevida por inexistir prova de ser a autora proprietária do veículo, mostrar-se exagerado o valor postulado ou dever ele mesmo se incumbir de proceder ao conserto. (e-STJ, FL. 284).

Desse modo, reexaminar as circunstâncias fáticas dos autos e consequentemente imprimir conclusão diversa da do Tribunal de origem, é medida vedada nesta sede recursal, a teor do que dispõe o enunciado da Súmula 07 deste Tribunal.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO INDENIZATÓRIA. ART. 1.022 DO CPC/2015.
VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO.
DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. RESPONSABILIDADE DA
RECORRENTE. OCORRÊNCIA. REVISÃO.**

IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

[...]

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte. 3. Na hipótese, quanto à violação dos artigos 373, I, do CPC/2015 e 186, 393 e 945 do Código Civil, não há como rever as conclusões firmadas pelas instâncias ordinárias, para excluir a responsabilidade da recorrente pelos danos morais e estéticos decorrentes do acidente de trânsito, sem a análise dos fatos e das provas dos autos, providência vedada no recurso especial, haja vista o óbice da Súmula nº 7/STJ.

[...]

(AgInt no AREsp 1268364/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019, grifei).

Outrossim, No que tange ao dissídio jurisprudencial, o não conhecimento pela alínea “a” do permissivo constitucional obsta o conhecimento pela alínea “c”.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

[...]

3. A incidência das súmulas n. 5 e 7 do STJ também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo

constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1527205 / MG, Rel.Min ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, Julgado em 18/09/2018, DJe em 27/09/2018, grifei).

No que tange ao dissídio jurisprudencial referente ao *quantum* fixado a

título de indenização por danos morais, o mesmo não pode ser objeto de divergência jurisprudencial, uma vez que o dano moral é de natureza subjetiva, não podendo ser comparado a outros casos. Esta Corte Superior somente pode alterar o *quantum indenizatório* quando irrisório ou exorbitante, o que não é a hipótese dos autos.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO COMINATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

[...]

3. Consoante consolidada jurisprudência desta Corte, é incabível a arguição de divergência jurisprudencial sobre a quantificação dos danos morais, pois os elementos subjetivos e fáticos subjacentes às causas são distintos a afastar o requisito da similitude fática necessário ao conhecimento do dissídio. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1354732/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 03/06/2019, grifei).

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO DA — INDENIZAÇÃO. INVIABILIDADE. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO QUANTUM. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA. [...]

3. O STJ firmou entendimento de ser incabível a análise do valor fixado a título de danos morais com base em divergência jurisprudencial, pois, ainda que haja semelhança de algumas características, sempre haverá distinção no aspecto subjetivo.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1354886/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 04/06/2019, grifei).

Assim sendo, o não conhecimento do presente recurso é medida que se

impõe.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciado administrativo nº 7/STJ), arbitro os honorários recursais em R\$ 300,00 (trezentos reais) sobre o valor atualizado da causa, a serem suportados exclusivamente pela parte recorrente, em acréscimo àqueles da sucumbência do caso, nos termos do § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, ressalvada a eventual concessão do benefício da gratuidade de justiça.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator